



COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS



DESAFIOS À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
JANE CRUZ PRATES
(organizadoras)



2021

**DESAFIOS À FORMAÇÃO EM SERVIÇO
SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19**



DESAFIOS À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE COVID-19

ROBERTA FERREIRA COELHO DE ANDRADE
JANE CRUZ PRATES
(organizadoras)



BOA VISTA/RR
2021

Editora IOLE

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão

Elói Martins Senhoras
Francisleile Lima Nascimento

Capa

Abinadabe Pascoal dos Santos
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e

Diagramação

Elói Martins Senhoras
Marcos de Lima Gomes

Conselho Editorial

Abigail Pascoal dos Santos
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Fabiano de Araújo Moreira
Julio Burdman
Marcos Antônio Fávaro Martins
Rozane Pereira Ignácio
Patrícia Nasser de Carvalho
Simone Rodrigues Batista Mendes
Vitor Stuart Gabriel de Pieri

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

An1 ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; PRATES, Jane Cruz (organizadoras).

Desafios à formação em Serviço Social em tempos de COVID-19. Boa Vista: Editora IOLE, 2021, 241 p.

Coleção Comunicação e Políticas Públicas, vol. 92. Organizador: Elói Martins Senhoras.

ISBN: 978-65-993758-0-4

<http://doi.org/10.5281/zenodo.4763295>

I - Assistente Social. 2 - COVID-19. 3 - Educação. 4 - Serviço Social.

I - Título. II - Senhoras, Elói Martins. III - Serviço Social. IV - Série

CDD – 360

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores.



EDITORIAL

A “Coleção Comunicação & Políticas Públicas”, vinculada à Editora IOLE, tem o objetivo de divulgar livros, de caráter didático e relevância científica e social, produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas do conhecimento.

O selo “Coleção Comunicação & Políticas Públicas” é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazer contribuições para o avanço da reflexão e da práxis em diferentes áreas do pensamento científico e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras

(Organizador da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

CAPÍTULO 1

*As novas velhas contradições pelas lentes
marxianas: críticas ao ensino superior
brasileiro em tempos de pandemia*

AS NOVAS VELHAS CONTRADIÇÕES PELAS LENTES MARXIANAS: CRÍTICAS AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Aldair Oliveira de Andrade

Roberta Ferreira Coelho de Andrade

Jane Cruz Prates

Este capítulo se propõe a discutir sobre as contradições que permeiam a realidade brasileira e o ensino superior no Brasil, a partir da leitura da teoria social de Marx e do método marxiano, num esforço de leitura sincrônica e diacrônica, de modo a chegar ao contexto contemporâneo marcado por uma pandemia e por um ataque frontal à ciência e à intelectualidade no país.

Para a construção do texto, recorreremos à pesquisa bibliográfica, tendo como principais referências as obras do próprio Marx, leituras estas possibilitadas pela disciplina de Introdução à Teoria Marxiana e ao Método em Marx, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

A obra marxiana nos ensina que o movimento da história é pleno de contradições, as quais estão na base da constituição e do desenvolvimento da sociedade capitalista. Em 2021, enquanto escrevemos estas linhas, o mundo inteiro e o Brasil são duramente solapados por uma pandemia gerada por um vírus (coronavírus) com poder letal, que, além de se manifestar como um grave problema sanitário, é desencadeadora de uma severa crise social, que coloca diante de nossos olhos as inúmeras contradições de uma sociedade sustentada na concentração e acumulação de riquezas em

favor de estratos sociais abastados, à custa do espraiamento da miséria, do acirramento das desigualdades, da opressão de grupos minoritários, da superexploração do trabalho, da negação dos direitos. Embora a pandemia de Covid-19 seja algo novo e suscite a emergência de múltiplas contradições, não podemos dizer que estas sejam novas. Na verdade, temos diante de nossos olhos as arcaicas estruturas sociais capitalistas que, como os seres detritívoros, continuam a se alimentar e a se deliciar de carniça.

Sob o prisma marxiano, este artigo se fundamenta no pressuposto de que as contradições estão presentes na história da humanidade e que não podem ser desconsideradas em qualquer análise que se pretenda fazer sobre a sociedade. Nesse sentido, de modo a favorecer ao(à) leitor(a) o acompanhamento do encadeamento lógico do texto, partimos de uma breve reflexão quanto à atualidade, à vitalidade e à congruência das ideias marxianas para iluminar a leitura crítica destes tempos sombrios em que vivemos, inclusive no Brasil, com um governo de extrema-direita; em seguida, fazemos um recorte para a realidade brasileira, tomando como foco o ensino superior brasileiro em tempos de bolsonarismo e obscurantismo, em que as políticas educacionais são fartas de irracionalidade e polarizações.

Convidamos o(a) leitor(a) a caminhar conosco por estas linhas e laudas que objetivam trazer à luz a atualidade da obra de Marx para explicar a conjuntura brasileira e os jogos de poder que atravessam a política e, necessariamente, o ensino superior no país, que, em tempos de pandemia, poderia oferecer muitas luzes para a compreensão deste capítulo da história e para a obtenção de respostas cientificamente embasadas acerca da profilaxia e terapêutica para a COVID-19. O arsenal marxiano nos permite refinar o olhar sobre as contradições brasileiras e nos indicar que, na luta de classes, precisamos assumir nossa posição. Nosso lugar é

junto aos nossos, a classe trabalhadora, tendo a certeza de que estamos do lado certo da história.

A POTÊNCIA E A PERTINÊNCIA DO PENSAMENTO MARXIANO PARA A ANÁLISE DO MUNDO HODIERNO

A história da humanidade é a história das contradições, para dizer o mínimo. Alguns diriam até que a história da humanidade é uma história de horror, isso se, e por conta desta interpretação, for adotada apenas uma versão dessa história. Em todo caso, sem entrar no mérito se fatalidade, destino, felicidade ou infelicidade, não é possível negar as diversas nuances da aventura dos humanos na Terra.

Como diria Hannah Arendt (2004) em sua introdução da “Condição Humana”, somos prisioneiros da Terra e aqui, nesta prisão, construímos um mundo à nossa maneira. Por nossa parte, diríamos que a vida é uma narrativa de embate. Como encontramos em Marx e Engels (2008, p. 10), “a história de todas as sociedades até agora tem sido a história das lutas de classe”.

Nessa aventura terrestre, encontramos homens que moldam, que transformam, que dão o tom explicativo à história da humanidade. Entre estes grandes homens, entre inúmeros que já existiram, está Karl Marx (1818-1883), um cidadão do mundo, um trabalhador, um poeta, um escritor, um revolucionário.

Após duzentos anos de sua passagem por este planeta, seus escritos ainda gritam e sua voz ecoa nas universidades, nos debates, nos movimentos sociais, nos partidos políticos que seguem os princípios revolucionários, em homens e mulheres de carne e osso. Suas teses e suas análises continuam certas e atacam violenta e sagazmente uma de nossas “qualidades” mais humanas: nossa

capacidade de explorar o próprio homem, nossa capacidade de aniquilar, de expropriar, de fazer sangrar, transformando em coisa, retirando a humanidade de outros em nome da ganância, da posse, do poder.

A potência de sua obra, a força de sua denúncia, a coragem de sua esperança até hoje, nos desperta de forma límpida um sonho dogmático criado por alguns homens (burgueses) de que eles são melhores (*aristoi*), de que foram escolhidos pela natureza ou pelo destino. Marx (2001) nos lembra que estes somente o são ou estão na condição em que estão, porque nós, os homens despossuídos de bens e possuidores apenas de nossa força de trabalho, estamos nessa condição porque fomos roubados, extorquidos, vilipendiados e expropriados, não pela natureza ou por algum deus, mas por outros homens, por seres iguais a nós.

Sua potente perquirição não nos deixa esquecer que precisamos avançar, pois nada nos será dado e que, também, nada é impossível de ser mudado. No prefácio à 1ª edição de *O Capital*, Marx (1983, p. 4) postula que a sociedade “muito longe de ser um cristal sólido, é um organismo suscetível de mudança e em permanente processo de transformação”. A liberdade da classe trabalhadora e a destruição de seus grilhões serão uma conquista da luta, do embate, pela construção coletiva de ações – mesmo que eivada de contradições, de avanços e recuos –, pela organização, pelo alinhamento e pela autossuperação de nossas próprias limitações organizativas. Para tanto, nas *Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”*, Marx (1844) nos ensina que a gênese desse processo revolucionário está “na consciência daquilo que é a essência do proletariado”, ou seja, os trabalhadores precisam compreender de que lado estão na luta de classes. Este processo de construção dessa consciência de classe se dará pela ação efetiva, pela ação combativa, mas também, e fundamentalmente, pela construção de processos formativos

próprios, nos quais poderá reconfigurar a compreensão histórica sobre sua condição e formar as futuras gerações.

Sua coragem de gritar não nos deixa dormir em berço esplêndido, reitera que é preciso lutar, transformar o mundo que se apresenta. Por isso, assevera na 11^a tese contra Feuerbach que o mundo já fora exaustivamente explicado, sendo este o tempo de transformá-lo (MARX, 1978). Seus escritos indicam que a classe trabalhadora precisa compreender a condição a que fora submetida, compreender que os detentores de capital se apropriam de quaisquer meios para que o trabalhador não se perceba como explorado ou como seu inimigo. Por isso, reafirma de forma dura e límpida que “estamos em luta constante”. Por outro lado, o inimigo é ardiloso e sagaz e, nesse jogo, cooptará para si aqueles trabalhadores que não tiverem clareza de sua condição.

Em *O Capital*, Marx (1983) denuncia e chama a atenção dos trabalhadores para o processo coletivo da produção capitalista e sua apropriação privada, processo no qual o capital cria mecanismos diversos para que o trabalhador permaneça alienado (MARX, 2004), seja do produto do seu trabalho, seja de sua própria condição de explorado, de sua pertença a uma classe, com a qual ele compartilha a mesma condição. A saída, a quebra deste círculo vicioso de submissão é o processo organizativo e combativo, que tenha em seu seio a análise, a reflexão, a ação.

No ocaso de 2019 e alvorecer de 2020, o mundo foi estremecido por uma pandemia ocasionada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), vírus este que conduz à doença designada como COVID-19. A última com tais proporções avassaladoras ocorrera na segunda década do século XX (entre 1918-1920) e ficou mundialmente conhecida como gripe espanhola. A despeito das grandes descobertas científicas, evolução da ciência médica e conjecturas quanto a possíveis pandemias, a humanidade foi pega de surpresa, na medida em não estava preparada cientificamente

para oferecer uma resposta à altura da evolução do novo coronavírus.

Muito foi analisado, justificado e pesquisado, é um processo assustador e que, ainda no primeiro quinquênio de dezembro de 2020, já tinha atingido mais de 67 milhões de pessoas e levado a óbito mais de um milhão e meio em todo o mundo. Nesse mês referido acima, a Europa estava sendo atingida pelo que vinha sendo chamada de segunda onda da COVID-19. Sob o comando e a orientação da Organização Mundial de Saúde (OMS), ações foram tomadas como num “esforço de guerra”. No Brasil, os números não param de crescer e nem sequer podemos dizer que superamos a primeira onda. Em alguns estados brasileiros, já se vivencia a segunda onda. Ultrapassamos treze milhões de casos e mais de 365 mil vidas ceifadas em todo o Brasil até o dia 16 de abril de 2021, por um vírus com poder letal e pela letargia proposital de um governo ultraconservador que comanda os interesses nacionais desde 2019.

Não temos espaço suficiente, nem é o objetivo deste artigo, para discorrer sobre a viabilidade ou não da cura, o sofrimento daqueles que sobreviveram à doença, mas carregam suas sequelas físicas e psicológicas, o adoecimento psicológico de grande parcela da população, as centenas de milhares de mortes, a falta de investimento em pesquisas; enfim, a multiplicidade de determinantes e consequências de todo esse processo. Entretanto, julgamos pertinente fazer alguns apontamentos quanto à política socioeconômica adotada no Brasil durante essa pandemia, caracterizada por: a) negacionismo da pandemia em nome da economia e da garantia da saúde financeira; b) massificação nos principais veículos de comunicação da necessidade de um “esforço de todos” para salvação nacional; c) construção da narrativa de que “estamos no mesmo barco” e “sairemos mais fortes”; d) socorro financeiro emergencial como saída – uma espécie de *Band-aid* –

para classe trabalhadora que é defraudada até o sangue pelo arrocho do sistema capitalista; na verdade, uma medida de injeção de capital no sistema financeiro para “combater a crise do coronavírus”.

O caminho de morte escolhido pelo governo brasileiro não deixa dúvida quanto à primazia da economia e ao valor da saúde econômica em detrimento da saúde física, algo que é próprio da ética capitalista em que os indivíduos são apenas meios, peças para um fim: acumular mais capital. Note-se, por exemplo, que em nome do Auxílio Emergencial, de acordo com dados do Senado Federal (BRASIL, 2020a), até setembro de 2020, já havia sido gasto um montante de mais de 213 bilhões. Contudo, para “socorrer os bancos” foi repassado 1,216 trilhão, cerca de 16,7% do Produto Interno Bruto. Esse tipo de medida – “socorro ao sistema financeiro” – é algo comum em todos os governos. Em síntese, para os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social, o auxílio é “emergencial”; para os bancos, o auxílio é permanente.

A campanha para o combate à pandemia despertou o “amor ao próximo”, a “caridade”, o “espírito filantrópico” de grandes empresas, nacionais e transnacionais, uma oportunidade ímpar para demonstrar seu “compromisso com a sociedade e como o povo brasileiro”. Por “coincidência”, tramita no Congresso Nacional o Projeto de Lei 3776/2020 que propõe a criação de:

Incentivo fiscal de dedução do imposto sobre a renda devido por pessoa física ou pessoa jurídica para fomentar, somente durante o ano-calendário de 2020, doações a fundos estaduais de saúde ou a hospitais públicos que organizem campanha de arrecadação de recursos para prevenção e tratamento da Covid-19” (BRASIL, 2020b).

Diante de todas as contradições – desigualdades sociais gritantes; medidas de sucateamento do sistema público de saúde e

das instituições públicas de ensino; implementação da Emenda Constitucional 95/2016 que congelou investimentos em áreas prioritárias, como saúde, educação, segurança, saneamento, etc.; esfacelamento da Consolidação das Leis Trabalhistas; Contrarreforma da Previdência que adensou maior tempo de contribuição e menor rendimento na aposentadoria para homens e mulheres; política de proteção e favorecimento a setores da sociedade (Militares, Legislativo e Judiciário) – não se percebem os ares de uma revolução, os ares insurgentes contra o Estado e o Grande Capital, contra o imperialismo financeiro. Pouco se ouve nas ruas, um silêncio quase sepulcral se abateu sobre a nação que sangra e chora pelos seus mortos.

Então, a pergunta que não quer calar vem à tona: Por quê? Não há apenas uma resposta para essa pergunta. Contudo, é possível antever a partir de uma pista: A classe trabalhadora brasileira em sua totalidade não se vê como classe trabalhadora, não se enxerga como agente de transformação da realidade, não se vê como explorada, como roubada, como extorquida. Em suma, não tem consciência em si, não tem consciência de si, como também não tem consciência para si. Essa seria uma chave que abriria a possibilidade de compreendermos a condição letárgica em que parte significativa da classe trabalhadora brasileira se encontra.

Assim, são inegáveis a pertinência e a atualidade das descobertas realizadas por Marx ao analisar a história das relações econômicas entre os homens. A força de sua análise e a identificação de seus elementos constitutivos perpassam os séculos e continuam atuais, suas descobertas não foram superadas, são ainda a luz e o farol a nos iluminar nesta noite escura e tenebrosa da aventura econômica das relações entre os homens.

OS CONTRASSENSOS DO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO SOB O CRIVO DAS IDEIAS DE MARX

Entre as diversas proposições apresentadas por Marx para que a classe trabalhadora alcance sua emancipação, está a constituição de uma “consciência de classe” (MARX; ENGELS, 2003), ou seja, que os trabalhadores percebessem sua condição de explorados e injustiçados, que se vissem numa relação de disputa e que, somente tendo consciência dessas condições, conseguiriam modificá-las ou, melhor ainda, destruir a ordem estrutural vigente da sociedade, transformando-se em agentes de construção de uma nova sociedade, sem exploradores e explorados, possuidores e despossuídos. Para os autores, somente o proletariado tem o caráter revolucionário (MARX; ENGELS, 1998).

Essa emancipação se daria inicialmente por algumas vias: pela tomada dos meios de produção, pela força das armas, e pela formação da classe trabalhadora que compreenderia seu lugar na história. São caminhos nada simples de serem seguidos, duas metas nada simples de serem alcançadas. Esse itinerário exigiria da classe trabalhadora um posicionamento e uma compreensão universal de sua condição, precisaria estar unida, superando para isso suas particularidades, em nome de um fim comum.

Duas revoluções precisariam ocorrer: uma pelas armas com a tomada do poder econômico, e outra pelo intelecto, com a construção de uma nova ética. Uma revolução pelas armas sem o substrato intelectual para mantê-la facilmente sucumbiria; por outro lado, pouco provável uma revolução somente com as ideias; seria preciso para sua viabilidade a mobilização de forças revolucionárias existentes nos explorados.

Embora Marx não tenha em suas obras nenhum tratado sobre educação, seus escritos advogam a necessidade de uma educação

política, que deveria minimamente buscar alcançar dois objetivos: elucidar e denunciar as diversas formas de alienação a que a classe trabalhadora é submetida pela ideologia dominante; propor uma nova realidade social e cobrar dos agentes históricos essa transformação, e a construção de uma sociedade em que a todos seriam atribuídas responsabilidades e também direitos. Somente pela educação a classe trabalhadora formaria uma “consciência de classe”, elemento vital para um posicionamento revolucionário. A concepção de educação que encontramos em Marx (2012) não é aquela ofertada pelo estado ou fundamentada nos valores burgueses; ao criticar o programa proposto pelo Partido Operário Alemão, ele é enfático ao rejeitar esse modelo de educação. Sua proposta é de uma educação emancipatória, crítica, reflexiva, sem influência de governo ou igreja. É, nos dizeres de Mészáros (2013), uma educação para além do capital, capaz de forjar a consciência socialista e conduzir a sociedade a uma ordem social qualitativamente diferente da capitalista.

Em duzentos anos, não podemos deixar de reconhecer que houve – sem negar as condições ou tipo de educação a que fora submetida a classe trabalhadora – um salto significativo do acesso da classe trabalhadora à educação formal. Abrindo essa questão numa perspectiva histórica, vamos perceber que a universidade nunca foi uma instituição neutra como se imagina ou é apregoada que deva ser.

Não se pode negar que a burguesia busca nos fazer acreditar que não existe luta de classe, e que as instituições formais do Estado Burguês, como o Executivo, o Supremo Tribunal e o Legislativo, são instituições neutras ou sem nenhum viés político. Esforça-se também em fomentar a compreensão de que a universidade é esse campo neutro dentro da sociedade, como se ela estivesse literalmente em uma redoma. Efetivamente, as universidades surgem por interesses da burguesia nascente no velho mundo, e nos

países em desenvolvimento ou dependentes, nos termos de Fernandes (1981), surgem capitaneadas pelas oligarquias agrárias.

Nos países de capitalismo dependente, as universidades surgem de uma ideia de desenvolvimento social e produção de conhecimento. Não é demais grifar que as universidades brasileiras, de modo geral, são controladas pelo Estado e sobrevivem da subvenção do Estado. Ao mesmo tempo em que reivindica para si uma autonomia, essa autonomia se consolida a partir de uma burocracia institucional que serve ao Estado, e que amordaça ou controla as forças políticas e antagonicas existentes em seu interior.

Podemos dizer que os interesses que estão dentro das universidades são os interesses de determinada cultura, de determinado estrato social; o que não significa que não existam disputas políticas no contexto das universidades, muito embora se possa afirmar que a categoria docente não seja uma categoria revolucionária necessariamente, tendo que em vista que está atrelada à institucionalidade e não há uma hegemonia do pensamento crítico entre os docentes. Não temos o direito de esquecer que muitos docentes não se veem como classe trabalhadora, julgam-se como classe média, como se constituíssem uma outra categoria acima dos trabalhadores.

Em tese, o corpo discente apresentaria este elemento mais revolucionário ou com potência de transformação das estruturas sociais, e com o surgimento de uma classe proletária no Brasil dividiria com esta a possibilidade de transformação revolucionária da sociedade.

A universidade, ao se configurar como um espaço em que a classe trabalhadora também vai se formar e constituir um “novo” corpo docente, supõe-se, deveria tomar ares mais revolucionários ou acalantar em seu seio elementos de vanguarda revolucionária. É impossível não reconhecer que o ingresso de fração da classe

operária nas universidades públicas reconfigura, ou pelo menos, modifica o perfil socioeconômico e político de seu corpo.

Um olhar muito panorâmico sobre o desenvolvimento do ensino superior no Brasil nos indica uma correlação de forças entre os setores público e privado, com uma forte abertura ao segmento privado a partir da década de 1990, com a implementação das políticas neoliberais no Brasil, sob o comando dos governos de Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso. No primeiro lustro da década de 2000, uma grande esperança foi reacendida no seio da classe trabalhadora com a emergência de um metalúrgico ao cargo máximo do executivo: Luiz Inácio Lula da Silva, com pautas sociais e de proteção aos trabalhadores.

Os anos 2000 são, sob certa medida, marcados por uma espécie de “apagão” da classe operária brasileira, pois a ascensão ao poder de um partido de esquerda criou a impressão de que a classe trabalhadora estava no poder. Este contexto enfraqueceu significativamente o poder de contraposição de parcela dessa mesma classe trabalhadora que tinha críticas fundamentais à política de conciliação de classes. Contraditoriamente, é um período de passos importantes no campo social, com a criação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e dilatação dos programas de transferência de renda, a ampliação do número de universidades e institutos federais, os avanços no campo dos direitos humanos etc. No ensino superior, programas como Universidade para Todos (PROUNI), de Financiamento Estudantil (FIES) e de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) são implementados, geram uma elevação incontestável do acesso ao ensino superior no país e são alvos de duras críticas; os primeiros por transferir dinheiro público para a iniciativa privada, sem necessariamente terem a garantia da qualidade da formação e o

último por incrementar o processo de precarização do trabalho docente e sucateamento das universidades públicas.

Iasi (2019) nos explica que, nos 14 anos de governos petistas, a classe trabalhadora não se fortaleceu, pois foi cooptada e desmobilizada. Para sermos justos com a história da luta de classe no Brasil recente, é preciso reconhecer que segmentos organizados dos movimentos sociais e dos servidores públicos de diferentes estratos sociais se manifestaram e fizeram oposição dura aos governos petistas, que se consolidaram em 248 greves no período de 2003 a 2010.

Embora o Partido dos Trabalhadores (PT) falasse em tarefas antimonopolistas, anti-imperialistas e antilatifundiárias, suas medidas à frente do executivo federal não se posicionaram contra os interesses do agronegócio, dos setores financeiros e de serviços; preferindo construir um governo de pacto e conciliação de classes. Em 2016, veio o golpe que derrubou Dilma Rousseff e elevou Michel Temer ao cargo máximo do país. O governo usurpador de Temer construiu um presidencialismo de coalizão, com a missão deliberada de impor as reformas necessárias ao grande capital. Durante os quase dois anos do governo golpista, a classe trabalhadora não se intimidou e não emudeceu. Para ilustrar, podemos registrar que só em 2018 ocorreram 1.453 greves de servidores públicos federais, segundo dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE.

Com isso, criaram-se as condições para o assalto aos direitos dos trabalhadores e para que tais políticas tivessem apoio das próprias massas trabalhadoras. Nesse cenário, o fundo público foi usado para satisfazer o apetite do capital financeiro e dos demais segmentos do capital monopolista. Sob a cooperação de aparatos privados de hegemonia, como igrejas evangélicas, meios de comunicação e setores conservadores, a extrema direita ganhou força e alçou Jair Messias Bolsonaro à presidência da república,

sustentado no discurso moralista e moralizante, no antipetismo, na pauta anticorrupção, nas ideias protofascistas.

Se recorrermos a Stanley (2019), veremos que a recorrência às ideias fascistas foi determinante para que, nos Estados Unidos da América, Donald Trump chegasse ao poder. Bolsonaro seguiu a mesma cartilha e teve o mesmo orientador: Steve Bannon. Tanto Trump quanto Bolsonaro lançaram mão de estratégias da política fascista: a) retórica de perda do respeito pelos valores nacionais (passado mítico); b) uso da propaganda – em geral *fake news* – para chegar às massas com a pauta anticorrupção, ultradireitista e ataque às instituições; por meio de um linguajar asselvajado, dá voz à irracionalidade e ao fanatismo; c) Desvalorização da educação e da credibilidade das instituições científicas, acusações às universidades e aos docentes quanto a uma suposta “doutrinação marxista” ou difusão do “marxismo cultural”; d) Recurso à irrealidade, à mentira, às teorias conspiratórias; e) Defesa da hierarquia de homens sobre mulheres, de brancos sobre negros, de trabalhadores sobre “preguiçosos”, com críticas às políticas afirmativas, aversão ao comunismo e apologia à meritocracia; f) Vitimização dos homens de bem, dos ditos cristãos e brancos; g) Segregação entre nós (seguidores da lei, da moral e dos bons costumes) e eles (criminosos, sem lei, sem princípios); h) Alegação de ameaça à masculinidade e à família tradicional; i) Apelos à noção de pátria; j) Desarticulação da união e do bem-estar público.

Sabemos que, sob a regência do bolsonarismo, o ensino superior brasileiro está diametralmente oposto à perspectiva de uma educação para além do capital, porque se defende uma educação para o mercado, para a garantia da empregabilidade. Às universidades públicas, desde o início de seu governo, Bolsonaro buscou impor a lógica empresarial, por meio do Programa Future-se (lançado em julho de 2019), que foi amplamente rejeitado pela comunidade acadêmica. À pesquisa no país, esse governo tem

relegado poucos recursos, com redução progressiva do orçamento das agências de fomento, cortes de bolsas de iniciação científica, mestrado e doutorado e com contingenciamento dos recursos das universidades federais. Os editais disponíveis para financiamento de pesquisas são claramente excludentes, porque não deixam dúvidas de que não há interesse em investir em ciências humanas e sociais.

Em tempos de pandemia no país, as universidades públicas estiveram na vanguarda das pesquisas quanto à ação do vírus no organismo humano e a possíveis medicamentos para os casos leves e graves, à profilaxia (vacinas), ao monitoramento do espalhamento da pandemia, ao apoio psicológico à população, à testagem de anticorpos, à produção de materiais necessários à proteção individual dos trabalhadores da saúde (álcool em gel, máscaras, equipamentos individuais de proteção etc.), enfim, esteve na frente de batalha, mesmo sem ter todas as armas necessárias para tal; não por sua incompetência ou imperícia, mas porque as universidades vêm sendo progressivamente sabotadas por um governo que é, deliberadamente, anti-ciência e anti-intelectualismo.

O movimento sincrônico e diacrônico buscado ao longo do texto nos ajuda a perceber que as contradições e contrassensos sempre permearam a política brasileira, pois, enquanto país capitalista dependente, o Brasil sempre foi servil aos interesses capitalistas, fomentando a concentração de riquezas e, contraditoriamente, uma gama de problemas sociais resultantes desse processo, a propalada questão social. Como nos ensina Ianni (2004, p. 91), “há processos estruturais que estão na base das desigualdades e antagonismos que constituem a questão social”.

No caso do ensino superior, inicialmente, o acesso a ele esteve restrito aos filhos da grande burguesia; aos poucos, fomos vendo o ingresso da classe trabalhadora nesse espaço de reflexão, produção do conhecimento e luta de classes. Esse foi e continua a ser um espaço de debates, de embates, de luta, de contradições

também. Nele, coexistem ideias conservadoras e revolucionárias, autoritárias e democráticas, reacionárias e críticas, fundamentalistas religiosas e laicas; em suma, é um espaço plural, onde não reina o pensamento único.

O capítulo mais recente iniciado com um governo de ultradireita se configurou pela exposição, uma espécie de revelação, de uma face de nossa sociedade: a existência na composição do tecido social de um número significativo de indivíduos que, por falta de uma adjetivação mais adequada, nomearemos de “reacionários”, expressão que, em certo sentido, engloba todos os posicionamentos ou posturas que vão de encontro ao respeito, ao valor e ao pacto de civilidade que força a constituição das sociedades humanas.

Esse conjunto de indivíduos, com a ascensão de um presidente profascista, não se sente mais constrangido, ou melhor, intimidado, ou ainda envergonhado, de defender posições extremamente nocivas, descabidas ou mesmo perversas, pelo contrário, sente orgulho de tal posicionamento. O que mais choca em tudo isso – se é que existe algo mais assustador do que um cidadão que sempre deixou claro que defendia absurdos e ainda foi eleito – é que no conjunto dos indivíduos que carregam essa bandeira e defendem esses “valores” estão profissionais da educação, professores dos mais diversos níveis educacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É inegável a contribuição das descobertas de Karl Marx quanto à história das sociedades e às relações econômicas e sociais. As leis fundamentais que norteiam as relações econômicas são, até o presente, insuperáveis e continuam significativamente atuais.

Marx anteviu em seu vaticínio o que, no presente século, vemos se realizar de forma inexorável e trágica. Nunca na história da humanidade o capitalismo foi tão eficiente em destruição de vidas, espoliação e expropriação das forças e capacidades humanas.

O poder de destruição e a capacidade do capitalismo de adaptação e renovação têm demonstrado maior eficiência que a capacidade da classe trabalhadora de reação e de superação, sendo que efetivamente a classe trabalhadora tem ficado em um posicionamento de reação e de defesa, sem, contudo, desenvolver a capacidade de ataque, superação ou mesmo destruição da ordem capitalista vigente.

Entre as diversas chaves construídas por Marx, duas acreditamos como fundamentais e fundantes para a emancipação da classe trabalhadora do sistema capitalista: a) compreensão de sua condição de alienação e sua conseqüente superação; b) consciência de classe e construção de processos coletivos de resistência, de modo a suscitar convulsões sociais (ainda que embrionárias, mas com abrangência crescente) que lancem sementes para uma nova ordem societária.

Na realidade brasileira, ainda que se tenha ampliado o acesso ao ensino superior e amplos contingentes de trabalhadores tenham alcançado gradações de escolaridade, não houve uma reverberação na compreensão crítica destes sujeitos acerca da realidade social e de sua condição originária, de classe trabalhadora. Um exemplo triste e deprimente é o atual capítulo da história brasileira, marcado por um governo genocida, misógino, racista, reacionário, inculto, que, em plena pandemia, reduz os investimentos nas universidades, corta verbas para pesquisas e induz a população ao negacionismo da letalidade do vírus e à banalização da vida. O mais grave e surpreendente é que tal postura encontra abrigo em segmentos do setor educacional.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BRASIL. **Pandemia já causou despesas de R\$ 411 bilhões para o governo**. Brasília: Senado, 2020. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br>>. Acesso em: 07/12/2020.

BRASIL. **Projeto de Lei nº. 3776, de 2020**. Brasília: Senado, 2021. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br>>. Acesso em: 20/11/2020.

DIEESE. “Balanço das greves de 2018”. **Estudos e Pesquisas**, n. 89, abril, 2019.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

IANNI, O. **A ideia de Brasil Moderno**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

IASI, M. L. “Cinco teses sobre a formação social brasileira (notas de estudo guiadas pelo pessimismo da razão e uma conclusão animada pelo otimismo da prática)”. **Serviço Social & Sociedade**, n. 136, p. 417-438, setembro/dezembro, 2019.

MARX, K. “Teses contra Feuerbach”. In: GIANOTTI, J. A. (org.). **MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1978.

MARX, K. **A sagrada família**. São Paulo: Editora Boitempo, 2003.

MARX, K. **Crítica do Programa de Gotha**. São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

MARX, K. Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social” - De um prussiano. **Portal Eletrônico Marxists** [1844]. Disponível em: <<https://www.marxists.org>>. Acesso em: 10/11/2020.

MARX, K. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MARX, K. **Miséria da Filosofia**: resposta à filosofia da miséria do senhor Proudhon (1847). São Paulo: Editora Centauro, 2001.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. São Paulo: Editora Abril Cultural, 1983.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1998.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2008.

STANLEY, J. **Como funciona o fascismo**: a política do “nós” e “eles”. Porto Alegre: Editora LP&M, 2019.